[Recensão a] Leonard A. CURCHIN, The local magistrates of Roman Spain

Autor(es): Alarcão, Jorge de

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45553>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_29_11

Accessed : 26-Apr-2023 15:02:25

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

Leonard A. CURCHIN, *The local magistrates of Roman Spain*, University of Toronto Press, Toronto, 1990, XII + 270 p.

Curchin publica nesta obra um catálogo dos magistrados locais da Hispânia romana. Identifica 984 magistrados das três províncias ibéricas, deduzidos de centenas de inscrições honoríficas, votivas, monumentais ou funerárias e de moedas cunhadas localmente com legendas latinas. A multiplicação de inscrições reveladas desde a edição do *Corpus Inscriptionum Latinarum* e a diversidade dos lugares em que tais inscrições têm vindo a ser publicadas tomava a empresa difícil; mas o autor revela um bom conhecimento da bibliografia peninsular e conseguiu produzir um catálogo assaz completo.

Os capítulos iniciais constituem uma sucinta mas clara exposição da administração local; neles se abordam as fontes (leis de Urso, Malaca, Salpensa e do *Municipium Flavium Irnitanum*), os problemas do *cursus honorum* municipal, as magistraturas menos usuais, as funções dos senados locais e dos diversos magistrados, a condição social dos magistrados, a sua origem (itálica ou indígena?), a sua fortuna, etc. Embora sobre estes assuntos haja uma considerável bibliografia, a obra de Curchin constitui uma excelente apresentação sintética da administração local da Hispânia romana, útil como introdução ao tema sobretudo para um público estudantil universitário. O autor toma frequentemente partido em certas controvérsias, como, por exemplo, a ordem do exercício dos cargos, o sentido da abreviatura *q.* em certas moedas (*quaestor* ou *quinquennalis*), a identidade de L. Ap. Dec. (de particular relevância para Portugal, porque este magistrado cunhou moedas em Mytilis), o sentido do termo *quatuorviri*, as funções do *praefectus* e do *praefectus Caesaris*, etc. Resulta evidente desta obra a origem maioritariamente indígena dos magistrados locais que foram, como o autor salienta, um importante factor de romanização.

Num trabalho desta natureza, algumas omissões ou erros menores não são de admirar. Assim, e apenas no que diz respeito à Lusitânia, devem acrescentar-se duas inscrições. A primeira foi publicada por Leite de Vasconcelos, *Antiguidades do concelho da Covilhã*, “Biblos”, 10, 1934, pp. 25-28: *Silo, Angeiti filius, Maguacu(m), o(p)timus v(ir), de s(uo) f(aciendum) c(uravit). Valerius Silo, duumvir primus*. Foi achada em Teixoso (Covilhã), em território que poderá ter pertencido aos *Lancienses Transcudani*. A segunda, de achado muito recente, foi encontrada no castro de S. Romão (Seia) e publicada por Amílcar Guerra, *Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crosto (S. Romão, Seia)* in *Actas do I.º Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, p. 425-430: *Present(e) et Extricato II (iterum) co(n)s(ulibus) Vegetus Talaban f(ilius) edilis s(acravit?)*. É difícil decidir, neste caso, se estamos em presença de um magistrado do *castellum* ou de um edil da *civitas* em que S. Romão se integrava (Bobadela).

A inscrição 316 parece falsa; vid. J. Candeias Silva, *Epigrafia romana de Abrantes*, “Trebaruna”, 1, 1981, p. 18-20.

As *civitates* de *Ammaia* e *Aritium Vetus* não deviam situar-se no *conventus pacensis*: a primeira ficaria no emeritense e a segunda no escalabitano.

Parece difícil aceitar que Breitande (inscrição 320) e Brutobriga (inscrição 321) tenham sido capitais de *civitates*. Grant sugeriu que o *T. Manlius* de Brutobriga foi um *legatus pro praetore* e não um magistrado municipal e esta sugestão não pode afastar-se como inteiramente infundada.

A inclusão de *C. Turranius Rufus* entre os magistrados municipais (inscrição 330) com o argumento de que, estando inscrito na tribo Quirina, deve ter recebido a cidadania através do exercício de uma magistratura local, devia ter logicamente levado o autor a incluir na sua lista muitas outras inscrições de cidadãos inscritos na mesma tribo.

Não temos provas de que *Q. Talotius Allius Silonianus* (inscrição 328) tenha sido magistrado municipal, mas apenas decurião de Collippo.

JORGE DE ALARCÃO

Claude DOMERGUE, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Roma, 1990. Collection de l'École Française de Rome, 127. 1 vol., XX + 662 p., 32 estampas, 53 figuras e 6 mapas.

A riqueza da Hispânia em metais de toda a ordem foi louvada pelos autores antigos, gregos e latinos, desde Estesícoro (séc. VI a. C.) a Isidoro de Sevilha (séc. VII d. C.). As referências desses autores são todavia vagas e raramente se encontra neles menção de minas concretas. A partir de meados do séc. XIX, os trabalhos modernos de prospecção e de exploração mineiras, conduzidos por engenheiros cuja formação histórica era, no geral, razoável, levaram à descoberta de muitas minas antigas que somam hoje, segundo o *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, publicado por C. Domergue em 1987, 565 sítios. Deduzido, na maior parte dos casos, de urna extensa bibliografia, aliás confirmada por incontáveis visitas aos locais, esse catálogo representa um excelente ponto da situação, com registo de lugares inéditos. Era todavia necessário completá-lo com uma síntese sobre a mineração romana da Península, nos seus aspectos técnicos, administrativos e económicos. A essa necessidade responde a obra agora editada. Com o catálogo dos lingotes, cuja publicação se anuncia, C. Domergue completará uma monumental trilogia que o acredita como investigador ímpar da mineração romana da Península Ibérica.

A primeira parte da obra é consagrada aos testemunhos dos autores antigos, às grandes linhas tectónicas da Península, aos grandes tipos de mineralização (jazidas em rocha ou jazidas detríticas), às grandes regiões mineiras e aos tipos de minérios explorados na Antiguidade.

Na segunda parte, o autor aborda a exploração mineira pré-romana desde as suas origens, num horizonte pré-campaniforme que se situa nos fins do quarto milénio a.C. Considera a hipótese de uma eventual descoberta autónoma da metalurgia do cobre na Península Ibérica, independentemente de quaisquer contactos com o Oriente; mas, prudentemente, não toma posição neste debate entre migracionistas e defensores de uma invenção ibérica autónoma.

Se, para o Calcolítico, é difícil citar minas (embora seja possível sugerir algumas áreas de mineração), os dados são mais abundantes e seguros para a Idade do Bronze: C. Domergue regista 128 jazidas concretas com materiais atribuíveis a este período. Muitas vezes, esses materiais são apenas os martelos feitos de seixos circundados por uma ranhura. Justifica-se, por isso, a discussão sobre a cronologia destes martelos, que o autor circunscreve à Idade do Bronze.